

## Ayotzinapa: Escola Normal Rural no México, Movimentos de Luta e redes de solidariedade na América Latina

*Jacqueline de Fatima dos Santos Moraes*

Estado de Guerrero, sul do México. Local onde as fronteiras do narcotráfico e do Estado se diluem e se confundem. Localidade onde podemos encontrar a Escola Normal Rural Raúl Isidro Burgos, uma das 13 unidades sobreviventes de um projeto que nasceu como proposta de educação popular no fim da Revolução Mexicana de 1910. Um projeto, portanto, com fortes vínculos e compromissos com a educação da população rural, majoritariamente de origem indígena. Uma escola que resiste ao empenho do Estado em transformá-la em local para formação de mão obra para o turismo. Tais instituições educativas camponesas foram criadas em áreas de grande pobreza e alto índice de analfabetismo, se afirmando, localmente e nacionalmente, através de práticas de vida solidária e cooperativa. Isto lhes permitiu, o que seria de se esperar, identidade com princípios vinculados à democracia, autogoverno e transformação social, e em contrapartida: ataques, acusações e perseguições. O sistema de internato que caracteriza as Escolas Normais Rurais mexicanas favoreceu o estabelecimento de fortes laços entre estudantes e docentes, marcando o chamado “espírito normalista”. Tudo isso acabou engendrando um campo propício para uma pedagogia da ação e da experimentação, bem como permitiu a formação de lideranças comunitárias.

Essas escolas se tornaram importantes espaços de formação e organização política, de tomada de consciência da condição de pobreza e exploração que vive a área rural mexicana. O resultado de todo o processo de tomada de



consciência foi a participação dos/as normalistas nas lutas sociais mais amplas e por melhor educação, mas também, a intensificação do processo de ataque às Escolas, culminando com o fechamento autoritário, em 1969, de 15 das 29, até então, existentes. Na base da justificativa para tal ação: era preciso eliminar os ninhos de comunistas. O forte vínculo dos estudantes com a escola e com a comunidade rural, agudizou os conflitos com os governos e gerou movimentos e mobilizações por defesa e manutenção das Escolas Normais restantes.

26 de setembro de 2014, da Escola Normal de Ayotzinapa sai um grupo de estudantes em direção ao Município de Iguala, com fins a arrecadação de dinheiro para custear a participação em uma marcha nacional na Cidade do México. Seria no dia 2 de outubro, como ocorre anualmente, lembrando o massacre de estudantes em Tlatelolco, ocorrido em 1968. Os alunos, oriundos de famílias camponesas, indígenas ou de bairros pobres de outras cidades, acostumados a realizarem coletas para ações estudantis, são interceptados por policiais municipais. Inicia-se uma noite de barbárie.

Ao fim, o saldo será de 23 estudantes normalistas feridos, 3 assassinados e a desapareição de 43 deles. Um dos corpos encontrados não possuía olhos e pele do rosto. Haviam sido arrancados, dizem os laudos, enquanto ainda vivia. O Estado deu uma versão nada crível, desmentida por quem lá esteve e saiu vivo e também por peritos de outros países. O massacre dos estudantes de Ayotzinapa revela-se como a expressão do terrorismo do Estado mexicano: as vozes dissidentes são caladas com mortes, torturas e desaparecimentos. Este é, portanto, um crime de Estado e que até hoje não foi resolvido. Se poucas esperanças restam de que os estudantes desaparecidos sejam encontrados com vida, sobram esperanças na força da solidariedade latino-americana, o que culminou na chamada Caravana 43.



Na América Latina estiveram em três países: Argentina, Uruguai e Brasil. Aqui, em junho de 2015, passaram por São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, denunciando os crimes de Estado, exigindo o imediato aparecimento com vida dos 43 estudantes desaparecidos e a punição dos responsáveis materiais e intelectuais da matança. O lema da caravana, “Vivos se los llevaron, vivos los queremos”, desperta em nós as utopias

pelas quais lutaram Villa e Zapata. Há que seguir lutando não apenas por Ayotzinapa, pelas escolas normais rurais no México, mas pelos movimentos de luta e redes de solidariedade na América.



### **Sobre a autora**

Jacqueline Morais é professora Adjunta da Faculdade de Formação de Professores da UERJ.